

DIAGNÓSTICO SOCIOLINGÜÍSTICO DO BAIRRO DA BEIRA- FRONTEIRA BRASIL/GUIANA

Jama Peres Pereiraⁱ

jamapereiras2@hotmail.com

Programa de Pós-graduação em Letras-
Universidade Federal de Roraima
UFRR-Brasil

Ananda Machadoⁱⁱ

ananda.machado@ufr.br

Universidade Federal de Roraima
UFRR- Brasil

Resumo

O artigo apresenta os resultados de um diagnóstico sociolinguístico realizado no bairro Beira, no município Bonfim (sede), em Roraima, contabilizando o número de falantes das línguas e percebendo seus graus de vitalidade. De acordo com os dados obtidos no diagnóstico foi confirmada a existência de falantes das seguintes línguas: Português, Inglês, Espanhol, Macuxi e Wapichana. Há no município uma rica diversidade linguística e cultural. O resultado do diagnóstico evidenciou a vergonha e o desprestígio presentes diante do uso das línguas Macuxi e Wapichana pelos adolescentes, o que poderia contribuir para a redução da diversidade de línguas indígenas e do número de falantes na sede do município Bonfim. Percebemos que é relevante realizar diagnósticos sociolinguísticos e criar estratégias para contribuir no aumento do prestígio dessas línguas.

Palavras-chave: políticas linguísticas, diagnóstico sociolinguístico, Macuxi, Wapichana.

SOCIOLINGUISTIC DIAGNOSIS OF THE BEIRA- BORDER OF BRAZIL/GUIANA

Abstract

The article presents the results of a sociolinguistic diagnosis carried out in the Beira neighborhood, in the municipality of Bonfim (headquarters), Roraima, counting

the number of speakers of the languages and perceiving their degree of vitality. According to the data obtained in the diagnosis, the existence of speakers of the following languages was confirmed: Portuguese, English, Spanish, Makushi and Wapishana. There is a rich linguistic and cultural diversity in the municipality. The result of the diagnosis showed the shame and discredit present in the use of the Makushi and Wapishana languages by the adolescents, which could contribute to the reduction of the diversity of indigenous languages and the number of speakers at the Bonfim municipality. We realized that it is relevant to carry out sociolinguistic diagnoses and create strategies to contribute to increasing the prestige of these languages.

Keywords: linguistic policies, sociolinguistic diagnosis, Makushi, Wapishana.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta o resultado do diagnóstico sociolinguístico realizado no município Bonfim (sede), contribuindo para o processo de implementação da Lei 211/2014, que cooficializou as línguas Macuxi e Wapichana nesse município. Contribui ainda com dados para o Inventário das línguas Macuxi e Wapichana na Região Serra da Luaⁱⁱⁱ (municípios Bonfim e Cantá).

Sentimos aqui a necessidade de definir o que chamamos de línguas indígenas, são línguas autóctones, faladas por populações indígenas. A autodeclaração-possibilidade de uma comunidade se reconhecer como falante de determinada língua e a associação entre língua, grupo social e cultura são princípios fundamentais para considerar determinada prática social de uso de uma língua como referência cultural para essa coletividade (Iphan, 2016).

Consideramos os estudos sociolinguísticos importantes na construção de uma mudança de direção em defesa do plurilinguismo. Para Louis Jean Calvet a “sociolinguística aplicada é uma intervenção na sociedade pelo viés da língua” (1993, p. 120). Portanto o campo de atuação das políticas linguísticas depende diretamente das estruturas de poder constituídas. A cerca desta questão o autor aborda:

[...] se trata das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade; em que língua o Estado funcionará e se relacionará com os cidadãos, em que línguas a educação e os serviços culturais serão oferecidos, que variedade de língua será usada, se as outras línguas faladas pelos cidadãos serão reprimidas, reconhecidas ou promovidas (Calvet, 2007, p. 1).

A caracterização dos usos linguísticos em uma comunidade e em um município é um dos pontos importantes de um inventário de diversidade linguística, pois permite

um olhar que contextualiza o uso das línguas com as relações socioculturais existentes nessas comunidades. Essas informações são fundamentais para perceber o grau de vitalidade das línguas e identificar os espaços onde estejam sendo deslocadas, para elaborar futuras ações com os indígenas Macuxi e Wapichana no bairro Beira-Bonfim-RR.

O trabalho de campo realizado na sede do município Bonfim foi pensado a partir do texto do projeto de lei para a regulamentação da Lei 211/2014, que ainda não foi sancionado, no qual há previsão de que o poder executivo municipal deve realizar um levantamento dos servidores das secretarias municipais proficientes nas línguas cooficiais. O diagnóstico sociolinguístico que foi realizado com essa pesquisa contribuiu nessa direção. Essa Lei prevê ainda que as instituições públicas deverão ter um número de funcionários falantes das línguas cooficiais compatível com a demanda. Portanto foi necessário contabilizar o número de falantes das línguas Macuxi e Wapichana no município Bonfim. Falta ainda considerar o interior do município porque os indígenas que moram nas comunidades também são atendidos nas instituições da sede de Bonfim.

O enfoque deste artigo são as línguas Wapichana, de filiação linguística Aruak e Macuxi que pertence à família linguística Caribe, faladas em Roraima-Brasil e na República Cooperativa da Guiana.

Cabe lembrar que antes do estabelecimento da fronteira entre o Brasil e a Guiana, esse território era tradicionalmente ocupado pelos povos Macuxi e Wapichana, o que justifica a naturalidade dessa população em viver nos dois lados da fronteira, transitando entre os dois países, muitas vezes, possuindo documentos de ambos e identificando-se como brasileiro ou guianense conforme o país em que se encontram (Baines, 2013).

A diversidade linguística e cultural é uma marca facilmente perceptível em Roraima, reconhecida por linguistas, por antropólogos e um pouco menos pela população. Essa diversidade ocorre por vários fatores presentes no percurso de formação do território e da população roraimense (Santos, 2012).

Na sequência deste artigo descreveremos como foi a metodologia do diagnóstico sociolinguístico e da implementação da Lei 211/2014 que cooficializou as línguas Macuxi e Wapichana a nível municipal. Depois apresentaremos os resultados obtidos e as análises realizadas.

METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO E DA INPLEMENTAÇÃO DA LEI 211/2014

Em agosto de 2018 iniciamos o diagnóstico sociolinguístico na sede do município de Bonfim após o estudo das metodologias propostas nos dois livros do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL-IPHAN, 2016). Buscamos saber como cada pessoa se identificava, os usos que fazia da língua de origem, sua escolaridade, se houve deslocamento, seu estado civil e atividade profissional. Os questionários tomaram como base as exigências do INDL e as questões elaboradas foram traduzidas para as línguas indígenas em encontro de professores de língua Macuxi e Wapichana realizado em 2018 na comunidade Pium (Bonfim).

Os questionários elaborados nas línguas Portuguesa, Macuxi e Wapichana^{iv} foram colocados na Plataforma do Google Drive. A ideia inicial previa que tivéssemos os resultados por essa plataforma. Ela deveria ser utilizada durante toda pesquisa, porém não deu certo por motivo do acesso à internet ainda ser instável na sede do município Bonfim. Decidimos então aplicar os questionários e anotar a mão em papel as respostas. Aplicamos^v os questionários a sessenta e um moradores do Bairro Beira (São Francisco).

O município Bonfim^{vi} é localizado ao Leste do Estado de Roraima, na margem esquerda do rio Tacutu e na Fronteira Brasil- República Cooperativa da Guiana; ligado a Boa Vista pela BR-401, com a distância de 125 quilômetros; tem 12.409 habitantes, (censo IBGE 2019) com 40% de sua população indígena das etnias Macuxi e Wapichana, sendo esta última etnia a predominante. Estar em área de fronteira é um fator que favorece a diversidade linguística do lugar, pois permite o contato entre falantes das línguas: Macuxi, Wapichana, Inglesa e Portuguesa. Mais recentemente, a partir de 2015, com a forte migração de venezuelanos a língua espanhola também passou a ser usada no Bonfim.

As lideranças da Região Serra da Lua conseguiram elaborar e implementar ações interessantes de políticas linguísticas nos municípios Bonfim, sendo uma delas a sanção das Leis 211/2014 e, posteriormente no município de Cantá, a Lei 281/2015, que cooficializaram as línguas Macuxi e Wapichana a nível municipal.

É no âmbito desses municípios que esta população brasileira falante de outras línguas exerce sua cidadania e se relaciona com o restante da sociedade brasileira: é aí que retiram sua documentação, que trabalham, que fazem seu serviço militar, que se casam, que vão ao hospital, que escutam rádio, que vão à escola, que demandam do poder público, que votam, que compram e produzem bens de consumo. Isso implica que os direitos linguísticos destas minorias não se esgotam na

questão da escola, mas que se espraiam por todos os atos de suas vidas (Oliveira, in Morello, 2015, p. 27).

Um dos motivos que fez com que houvesse mobilização pela cooficialização foi o fato das escolas municipais não contratarem professores de línguas indígenas. Nessa direção, houve conquista porque uma das ações de implementação da lei no Bonfim foi a publicação do edital com a minuta de concurso público 01/2015, no qual foram abertas 2 vagas para professor de língua Wapichana e 3 para o ensino de língua Macuxi, podendo os candidatos ser aprovados apenas com nível médio. Essa informação foi confirmada pela concursada Benedita André, professora de língua Wapichana:

Em relação ao concurso realizado pelo município Bonfim, foram aprovados e chamados 2 Wapichana e 2 Macuxi, cada professor fica em uma comunidade, mas houve erro neste concurso, houve uma troca, onde se pedia uma tal língua, foi colocada outra incompatível com o povo da comunidade, ou seja, não foi consultada a comunidade (André, 2017).

Apesar desse equívoco na distribuição das vagas, para Bendita há uma grande diferença em ser professora concursada: "nos sentimos mais seguros" (Entrevista realizada com Benedita André no XV Encontro dos Professores de Línguas Indígenas, Região Serra da Lua, na comunidade Cumarú, Bonfim, no dia 16/10/2017).

Essa foi uma forma de dar encaminhamentos claros e precisos sobre a contratação, evidenciando também a necessidade de formação de professores indígenas, reconhecendo-lhes a peculiaridade do conhecimento das línguas Macuxi e Wapichana e das metodologias de ensino do âmbito específico de sua atuação.

A cooficialização no município Bonfim foi aprovada no encontro dos professores de língua Macuxi e Wapichana da Região Serra da Lua, em abril de 2012. Após, a proposta foi apresentada na Assembleia Regional dos Tuxauas da Serra da Lua, que teve lugar na comunidade Malacacheta em dezembro do mesmo ano, quando o texto da Lei foi aprovado. O vereador indígena Zacarias Douglas apresentou e encaminhou a proposta que foi sancionada pela Prefeita Lisete Spies. Em entrevista realizada em 2018 a ex-prefeita afirmou:

É muito importante para os indígenas a cooficialização. É um direito social do cidadão. A prefeitura e a Secretaria de Educação têm que tomar para si a responsabilidade, assumir e promover. O município carece de tradutores no Cras, Creas, Prefeitura, no setor de justiça, setores estes que atendem pessoas vulneráveis, que não falam português. Há casos no Bonfim de pessoas que foram presas por não saber se defender em português porque a sua língua era Macuxi.

O artigo 4 da Lei 211/2014 defende que "em nenhum caso alguém pode ser discriminado por razão da língua oficial ou em qualquer das cooficiais que use". A Lei prevê advertência a esse tipo de discriminação.

Na área da educação, desde 1996 a legislação nacional trata dessa questão, mas os municípios Bonfim e Cantá não trabalhavam conforme a legislação. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDB), os artigos 32, 78 e 79 são uma conquista dos povos, possibilitando a preservação das línguas indígenas. Com base nos direitos adquiridos com esta Lei, todos os municípios deveriam oferecer ensino de línguas indígenas em todas as escolas indígenas. As línguas indígenas devem estar presentes nas escolas indígenas da educação infantil ao ensino médio, de preferência com uma prática bilíngue.

O movimento indígena da Região Serra da Lua e professores da Universidade Federal de Roraima (UFRR) identificaram que não basta contratar, é preciso mais do que isso, que o Estado e os Municípios disponibilizem materiais, formem de modo continuado os professores de línguas indígenas com metodologias adequadas ao ensino dessas línguas como primeira ou segunda língua (Machado, 2016).

O DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO NO BAIRRO BEIRA

Para o diagnóstico sociolinguístico fizemos o levantamento de informações populacionais do município de Bonfim e especificamente do Bairro São Francisco pela leitura de documentos históricos, do IBGE, da associação de moradores e de informações obtidas em entrevistas e conversas com os moradores.

O diagnóstico sociolinguístico no bairro São Francisco, conhecido também como a Beira, por ser próximo ao rio Tacutu, que tem a população de aproximadamente 600 pessoas e 127 famílias, averiguou que dessa população, 40% são Wapichana e 30% Macuxi. Os outros 28% pertencem a outros povos (Afonso, 2015). Aplicamos questionários a 61 residentes do Bairro São Francisco, sendo estes 23 homens e 38 mulheres, 22 chefes de família (entre 40 e sessenta anos) e 39 jovens com idades de 14 a 25 anos.

Neste artigo abordaremos apenas os dados quantitativos referentes às línguas faladas em casa, se há monolinguismo e o nível de conhecimento das línguas, línguas que escrevem e qual língua aprenderam primeiro. Em trabalhos posteriores aprofundaremos a análise das outras respostas.

Tabela 1- Línguas faladas em casa

Qual língua fala em casa?	Número de pessoas
Inglês	23
Macuxi	1
Português	26
Wapichana	11

Fonte: elaborado pelas autoras, 2020.

Observamos que a maior parte dos entrevistados usa as línguas portuguesa e inglesa em casa, talvez por isso as novas gerações conheçam pouco das línguas indígenas. Como no Bonfim a maioria dos indígenas é Wapichana e uma das autoras deste texto e da pesquisa é Wapichana, uma das formas usadas para confirmar se a pessoa apenas declarava ou realmente falava a língua Wapichana foi perguntar a ela tudo na própria língua. Assim identificamos também os falantes ativos e passivos. Cabe ressaltar que os chefes de família são todos falantes, mas nem todos falam as línguas Macuxi e Wapichana em casa com suas famílias.

Tabela 2- Se há monolinguismo e nível de conhecimento da língua

É monolíngue	Nível de conhecimento da língua	Número de pessoas
não	F/A ^{vii}	56
sim	F/A	5

Fonte: elaborado pelas autoras, 2020.

Foi confirmado como a população indígena é plurilíngue. Para definir os tipos de falantes, afirmamos que são denominados: ativos/fluentes “pessoas que, no mínimo, podem se comunicar de forma natural e espontânea numa língua, em diferentes situações comunicativas do dia- dia” (IPHAN, 2016, p. 40). E falantes parciais: são “pessoas que têm uma compreensão razoável da língua, mas que não produzem conversações e outros usos linguísticos do mesmo modo como falantes fluentes”. Em geral, “entendem bem, mas falam pouco sua língua”, ou “entendem um pouco, mas não falam a língua”. Isso decorre devido a uma aquisição parcial, sobretudo na infância e adolescência (Iphan, 2016, p. 40).

Um dos motivos que fazem dos jovens e crianças falantes parciais é o fato dos familiares falarem apenas entre adultos, considerando que na escola apenas a língua portuguesa é exigida e de forma gramaticalmente correta.

Na sede do Bonfim pouco se usa as línguas indígenas escritas. Não fizemos testagem em relação a esta habilidade, somente registramos as respostas dos participantes da pesquisa. Na busca de entender a motivação para escrever nas duas línguas indígenas percebemos que há quem trabalhe traduzindo a bíblia, tendo aprendido a escrever as línguas indígenas com esse objetivo.

Tabela 3- Línguas que escrevem

Quais línguas escreve?	Número de pessoas
inglês/português	23
inglês/português/wapichana	5
inglês/wapichana/macuxi	1
Português	26
wapichana/inglês	3
Nenhuma	3

Fonte: elaborado pelas autoras, 2020.

Identificamos que os analfabetos são todos chefes de família, principalmente mulheres e falantes das línguas Macuxi e Wapichana. Uma delas tem 96 anos, a outra 69 anos e a última 53. Nenhuma delas frequentou a escola. Portanto a escola por um lado atrapalha o desenvolvimento das línguas indígenas, mas por outro inclui a habilidade da escrita na vida da população indígena.

Tabela 4- Primeira Língua (L1)

Qual língua aprendeu 1º	Número de pessoas
Inglês	13
Macuxi	4
Português	21
Wapichana	23

Fonte: elaborado pelas autoras, 2020.

Apesar de 23 pessoas terem a língua Wapichana como primeira língua, apenas 11 a usam em casa. O que é evidenciado também pelo fato de 39 jovens que responderam ao diagnóstico sociolinguístico, 21 terem aprendido primeiro a língua portuguesa.

Tabela 5- Com quem aprenderam a falar

Com quem aprendeu a falar?	número
Escola	17
Pais	44

Fonte: elaborado pelas autoras, 2020.

Quem respondeu que aprendeu a falar a língua na escola referiu-se às línguas de colonização: portuguesa e inglesa. As línguas Macuxi e Wapichana foram aprendidas com os pais porque na sede do Bonfim não há oportunidade de aprender essas línguas nas escolas. Se pudéssemos refazer esta parte do diagnóstico sociolinguístico perguntaríamos com quem cada pessoa aprendeu a falar especificamente em relação à primeira língua porque este resultado aponta que 17 pessoas aprenderam a falar na escola, o que não nos pareceu razoável uma vez que a criança entra na escola normalmente aos 5 anos já falando alguma língua. Talvez esses jovens considerem o português aprendido na escola uma língua de fato, diferente do que aprenderam em casa. As repostas podem ter sido influenciadas pelo preconceito étnico e linguístico infelizmente ainda propagado nas escolas e demais instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico sociolinguístico evidenciou a vergonha e o desprestígio do uso da língua Wapichana entre os adolescentes, o que poderia contribuir para a redução da diversidade de línguas indígenas e do número de falantes no município. Aprofundaremos aspectos mais qualitativos do resultado desse diagnóstico sociolinguístico na pesquisa que resultará na dissertação de mestrado que tem como tema biografias de indígenas Wapichana da fronteira. Com o uso da metodologia da história oral aprofundaremos histórias de vida para perceber mais especificidades desses deslocamentos.

As políticas linguísticas que vem sendo elaboradas com os professores das línguas indígenas Macuxi e Wapichana da Região da Serra da Lua (municípios Bonfim e Cantá) vem contribuindo com o avanço da própria legislação. Esse planejamento linguístico tem influenciado no fortalecimento do ensino bilíngue e na valorização de uma educação escolar indígena que atenda aos interesses de suas comunidades. Falta ainda conquistar esse direito e esse tipo de organização também com e para os indígenas em ambiente urbano.

Percebemos que é relevante realizar diagnósticos sociolinguísticos e criar estratégias como a da cooficialização das línguas indígenas e de cursos que preparem os falantes para trabalharem em lugares como a escola, como tradutores, intérpretes e escritores indígenas, o que contribui para aumentar o prestígio dessas línguas.

As línguas Macuxi e Wapichana às vezes passam a ser línguas francas para os indígenas que chegam ao Bonfim sem falar português. Da mesma forma acontece ao contrário quando atravessam a fronteira na outra direção. Apesar dessas línguas terem essa e várias outras funções reconhecidas principalmente pelos falantes mais velhos, o trabalho social aqui em voga com línguas de fronteira, “minoritárias”, desvalorizadas e em vias de desaparecimento é para nós um grande desafio.

REFERÊNCIAS

- Afonso, P. C. (2015). *Dados coletados pelo morador e Presidente da Associação do Bairro São Francisco*.
- André, B. (2017). *Entrevista realizada no XV Encontro dos Professores de Línguas Indígenas, Região Serra da Lua, na comunidade Cumaru, Bonfim, no dia 16/10/2017*.
- Baines, S. G. (2013). Povos indígenas na fronteira Brasil-Guiana e os megaprojetos de integração econômica. Em *Ciência e Cultura*. São Paulo, v.65 n.1, jan. p. 40-42.
- Bonfim (2014). *Lei 211 de 04 de dezembro de 2014*.
- Brasil. Ministério da educação (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/96 (LDB)*.
- Calvet, L.-J. (2007). *As Políticas Linguísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola.
- _____. (1993) *La sociolinguistique*. Paris: PUF.
- Iphan (2016). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). *Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL*. Inventário Nacional da Diversidade

Linguística. Volume 1. Patrimônio Cultural e Diversidade Linguística. Brasília: Iphan.

Machado, Ananda (2016). *Kuadpayzu, Tyzytaba'u na'ik Marynau*: Aspectos de uma História Social da Língua Wapichana em Roraima (1932-1995). Tese de Doutorado PPGHIS-UFRJ.

Morello, R. (org.) (2015). *Leis e Línguas no Brasil*. O processo de cooficialização e suas potencialidades. Florianópolis: IPOL.

Santos, A. de Souza (2012). *Multilinguíssimo em Bonfim/RR*: o ensino de Língua Portuguesa no contexto da diversidade linguística. Tese de Doutorado. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília – UnB.

ⁱMestranda do programa de pós-Graduação de Letras, Universidade Federal de Roraima (UFRR) Graduada pelo curso de Gestão Territorial Indígena/ (UFRR), professora de língua Wapichana de 2016 a 2018 (Ufrir), membra do comitê REPAM-RR (Rede Eclesial Pan-Amazonica).

ⁱⁱPós doutora em Estudos de Literatura (PPGEL-UFF) e em Antropologia (PPGAS-UFRJ). Doutora em História Social (PPGHIS-UFRJ); Mestre em Memória Social (UNIRIO); Licenciada em Artes Cênicas (UNIRIO). Professora efetiva no curso Gestão Territorial Indígena- Instituto Insikiran- Universidade Federal de Roraima (UFRR).

ⁱⁱⁱ Em processo 01419.900071/2017-11 no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Na'apaidim paradainhau baurainhau paradan pana'au (Diagnóstico sociolinguístico) Yy (Nome); Wynym (Idade); Na'aim maxaaupan (comunidade de origem); Xa'apauran paradan pyrady nii kabayny'y? (Qual a língua que fala em casa?); Kaimena'u paradan? (fala fluentemente?); Parada suu Wapichan? (é monolíngue em Wapichana?); Parada suu karaiwe? (é monolíngue em português?); Parada bauranha'u paradan kid? (há outras línguas que fala?); Xa'apauran kywyniu pyaichapan pyparadan? (Qual língua aprendeu 1°?); Ychamaytan (a 2ª língua que aprendeu); Ba'urainhau kid pyparadan (no caso se falar mais de 3 línguas); Na'apaydan pyparadan pyaichap nii pysaadan? (Quais línguas escreve?) Faixas etárias para avaliar a transmissão da língua: grupo 1- de 0 a 12 anos; grupo 2-de 13 a 25 anos; grupo 3- de 26 a 40 anos; grupo 4- de 41 a 60 anos e grupo 5- mais de 60 anos.

^v Nos meses de setembro e outubro de 2018, conseguimos três indígenas voluntárias para compor a equipe de pesquisa. Por elas serem menores de dezoito anos providenciamos para que os responsáveis autorizassem. Logo após realizamos com elas oficinas e preparamos a equipe para realizar o diagnóstico.

^{vi} No século XIX formou-se na localidade um povoado que recebeu o nome Bonfim. Uma das versões sobre a origem do nome do município explica que tem relação com um antigo sítio religioso de uma missão Norte Americana.

^{vii} Abreviação de Falante Ativo.